

APRESENTAÇÃO

A Revista Jurídica Unicuritiba número 50, primeira dentre as quatro anuais, permanece seguindo a linha editorial composta de 21 (vinte e um) artigos cujas temáticas envolvem os latentes questionamentos que compõem as bases jurídicas do Direito Empresarial, do conceito multidimensional de Cidadania e dos anseios sócio econômicos inerentes ao Desenvolvimento Sustentável.

Com intuito de alertar para a responsabilidade civil de forma que cada cidadão possa valer de seus direitos em uma troca de conhecimentos, apresentam-se artigos na busca de melhores soluções para a sociedade como um ente em mutação, cujo objetivo comum de todo pesquisador é contribuir para a evolução do campo jurídico.

Carlos Eduardo Dieder Reverbel, no trabalho desenvolvido no idioma inglês e intitulado *Drittwirkung and bank action: the fundamental protection of the consumer from over-indebtedness*, apresenta estudo sobre a Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais nas relações de consumo, fundamentado na construção histórica do tema e conclui a pesquisa com a análise do Projeto de Lei do Senado Federal, nº 283, de 2012, que altera artigos do CCD, buscando proteger o consumidor para que este não fique superendividado.

No artigo escrito em idioma espanhol e intitulado *Las asociaciones público-privadas: eficiencia en el control de los recursos públicos?*, as autoras Flavia Piva Almeida Leite, Vladia Maria de Moura Soares e Cintia Barudi Lopes analisam as principais restrições fiscais e contábeis à celebração das parcerias público-privadas (PPPs) e constatar se esses ajustes contratuais podem ser tidos como instrumentos eficientes de controle dos recursos públicos.

Ernani Contipelli e Daniel Francisco Nagao Menezes, no trabalho escrito em espanhol *Economía solidaria, dignidad humana y migración ambiental en un*

mundo globalizado, embasam sua pesquisa nos dados produzidos pela Rede Planeta Aberto – Migrações, Mudança Climática e Economia Solidária em um Mundo Globalizado e analisam uma das principais causas atuais da migração que são as mudanças climáticas que forçam o deslocamento internacional de consideráveis contingentes populacionais, discutindo a forma de integração sócio econômica dos migrantes em seus novos territórios, propondo como forma de integração a Economia Solidária a qual possui princípios capazes de garantir a integração completa do migrante.

Sandra Regina Martini e Giancarlo Corsi, em artigo escrito no idioma italiano e com título ***La costituzionalizzazione del diritto alla salute***, tratam da constitucionalização do direito à saúde, apresentando de que maneira tal direito possui instrumentalização no ordenamento pátrio.

Em seguida, os autores Eliezer Siqueira de Sousa Júnior, Henrique Ribeiro Cardoso e Ilton Garcia da Costa apresentam o artigo ***Consensual jurisdiction: organization and instruments of the new procedural system***, em que defendem que o consenso surge como solução a ser perseguida na sociedade, como forma mais prática de solucionar essas tensões, determinando que o diálogo deve ser utilizada como importante ferramenta da democracia.

O autor Frederico Eduardo Zenedin Glitz, no trabalho intitulado ***Los 25 años del mercosur y las perspectivas jurídicas del proceso de integración sudamericana*** e desenvolvido no idioma espanhol, investiga as principais características do processo de integração representado pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), apontando para as dificuldades para a existência de um verdadeiro direito comunitário.

No artigo escrito em inglês pelos autores Wagner Menezes e David França Ribeiro de Carvalho, intitulado ***The opting-out and opting-in systems of the 1980 Vienna Convention on the International Sale of Goods (CISG) and its application in Brazil***, trata-se sobre o sistema de opting-out e opting-in da Convenção de Viena

sobre Compra e Venda Internacional de Mercadorias de 1980 e sua aplicação no contexto brasileiro.

Desenvolvido no idioma francês, o autor Gonçalo Nicolau Cerqueira determina como objetivo a verificação da utilização do constructo jurídico de patrimônio da humanidade na tutela das questões climáticas, no trabalho ***Climat: un patrimoine commun de l'humanité?***, partindo da hipótese de que a defesa jurídica do clima só é possível mediante uma relativização na maximização dos valores individuais, fundamental para a realização do desenvolvimento sustentável.

No artigo **Metodologias Ativas Aplicadas à Disciplina do Direito dos Transportes na Faculdade Paraíso do Ceará – (FAP)**, os autores Antônio Jorge Pereira Jr. e Liliane Gonçalves Matos estabelecem estratégias metodológicas para o desafio de ensinar a disciplina do Direito do Transporte no curso de Direito. O trabalho defende que o círculo do aprendizado deve levar o aluno a perceber que o conhecimento não é fechado ou hermético, mediante o ensino dialogado.

No artigo **A cidadania sexual fraterna: por uma concepção de dignidade para as pessoas “trans”**, os autores Ingrid Andrade Zanella e Clarindo Epaminondas analisam em que medida a sociedade e o Estado brasileiro contribuem para essa realidade, desenvolvendo estudo sobre a identidade de gênero como espectro da personalidade jurídica individual e o conceito de cidadania sexual para as pessoas “trans”, a partir do contributo do Princípio da Fraternidade enquanto categoria jurídica apta a integrar uma nova forma de relacionalidade entre a sociedade, o Estado e as pessoas “trans”.

Em sequência, Alice Rocha da Silva e Ruth Maria Pereira dos Santos, no trabalho intitulado **A inaplicabilidade das exceções do art. XXIV, GATT ao Acordo De Compras Públicas (ACP) da Organização Mundial De Comércio (OMC)**, constata, a partir de profunda análise, que não há discriminação ao comércio internacional a partir da adesão de acordos regionais de compras públicas, que não

aplicam o art. XXIV, do GATT, isto porque as regras regionais de contratação pública estão harmonizadas com ACP e pautadas na reciprocidade.

Os autores Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski, Eduardo Manuel Val e Dalton Robert Tibúrcio, no trabalho **Participação societária e restrições regulatórias à livre escolha do objeto social: o caso das operadoras de planos de saúde**, a possibilidade de participação societária das operadoras de planos de saúde no quadro social de outras sociedades, em confronto com a regra do objeto exclusivo na saúde suplementar.

No artigo **A tutela jurídica material e processual da senciência animal no ordenamento jurídico brasileiro: análise da legislação e de decisões judiciais**, os autores Gilberto Fachetti Silvestre e Isabela Lyrio Lorenzoni analisam o tratamento fornecido pelo ordenamento jurídico pátrio aos animais, pontuando que o viés exclusivamente antropocêntrico em relação à fauna não pode prosperar, o que se observa até mesmo das tendências legislativas acerca do tema.

Os autores Roberto Correia e Sandra Neder, no artigo **A governança e a cidadania participativa na união europeia**, traçam como objetivo a delimitação da aplicação do conceito de governança enquanto expressão de boa administração pública, inclusive mediante um maior envolvimento dos cidadãos, in casu, no processo de integração da União Europeia.

Fabício Wantoil Lima e Rildo Mourão Ferreira propõem investigar a possibilidade de dispensa de averbação da Reserva Legal às margens da matrícula do imóvel rural no Cartório de Registro de Imóveis no trabalho **Novo código florestal: desobrigação quanto à averbação da reserva legal na matrícula do imóvel**.

O autor Fabrício Veiga Costa, em seu trabalho **Liberdade de cátedra do docente nos cursos do bacharelado em direito**, investiga os fundamentos jurídico-constitucionais da liberdade de cátedra no Estado democrático de direito, tendo como

enfoque o princípio da liberdade de expressão do pensamento científico por parte do docente.

Solidariedade e responsabilidade com o outro: em busca da emancipação e integração dos sujeitos em suas diversidades é o título do artigo apresentado pelas autoras Elisaide Trevisam e Priscila Machado Martins, que proporcionam uma reflexão sobre a necessidade da realização de uma convivência solidária e responsável que possibilite, de modo eficaz, a busca pela emancipação e integração de todos os sujeitos em meio às suas diversidades.

No estudo da possibilidade da judicialização de leis orçamentárias e dos atos da administração pública por elas regulamentados, Victor Hugo Lessa Pierre, Carlos Eugênio Silva da Costa, Daniel Cabral de Almeida e Manoel Cavalcante de Lima Neto apresentam o trabalho **Judicialização do orçamento brasileiro: o posicionamento do Supremo Tribunal Federal nos últimos 20 anos**, em que concluem pela possibilidade da judicialização a partir do posicionamento adotado pela Corte Suprema brasileira.

No trabalho intitulado **Da partilha das quotas sociais quando da dissolução do vínculo conjugal**, a autora Valéria Silva Galdino Cardin apresenta o desenvolvimento e modificação do conceito de família ao longo dos anos para, posteriormente, analisar os regimes de bens e seus reflexos tanto na constituição das sociedades, quanto na partilha das quotas sociais.

A cidadania política promovida pelo terceiro setor como meio de combate à corrupção é o título do trabalho desenvolvido pelos autores Vivian de Almeida Gregori Torres e Waleska Cariola Viana, em que analisam a corrupção sob o enfoque da probidade administrativa e verificar possibilidades de combate à corrupção.

Os autores José Irivaldo Alves Oliveira, Belinda Pereira da Cunha e John Brehmer de Sousa, no artigo **Desenvolvimento e desenvolvimento sustentável:**

uma revisão contemporânea para pensar políticas públicas num ambiente de complexidade, apresentam as formulações criadas por Celso Furtado, Ignacy Sachs e Henrique Leff, pontuando individualmente as concepções desses teóricos acerca do problema do desenvolvimento e do desenvolvimento sustentável, tratando de elementos centrais de seus argumentos.